

A VELHA GUARDA

Orgão local do Partido Republicano Português

Redactor principal:

Editor:

Propriedade da Empresa de A Velha Guarda

JOAQUIM DE ALMEIDA GUIMARAES

AGOSTINHO F. ROCHA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:—**RUA ELIAS GARCIA, 46**— Composto e impresso na Tip. de A VELHA GUARDA—Rua Elias Garcia, 45—GUIMARÃES

*PELA INSTRUÇÃO

Recenseamento Escolar

E' durante o mês corrente que às Juntas de freguesia incumbe a organização do recenseamento das crianças em idade escolar—7 a 12 anos, segundo o Decreto n.º 5.787 de 10 de Maio último.

Aos presidentes das Juntas compete, por lei, convocar a primeira reunião da Comissão Recenseadora, para o 1.º domingo de Agosto. Esta comissão é composta pelos membros da Junta e pelo professor ou professores da freguesia. Aqui, na cidade, é composta pelos membros da Junta e pelos professores indicados pela Inspeção Escolar.

No fim deste mês, deve estar o recenseamento concluído, devendo ser afixado o original na porta da escola respectiva; e, se no prazo de dez dias não houver reclamações, devem ser tiradas cópias dele e das actas das reuniões da Comissão Recenseadora e enviadas à Câmara Municipal, Inspeção Escolar e escolas oficiais, até 30 do mês de Setembro.

O recenseamento escolar é de máxima importância para a obrigatoriedade do ensino. E' justo, pois, que ele seja feito com consciência e não lhe seja dado o caracter duma formalidade, como é costume dar-se a assuntos desta natureza.

E' necessário que ele nos dê uma ideia segura do número de crianças, que não recebem instrução, para, assim, o Conselho de Assistência Escolar poder exercer a sua acção, chamando à escola aquelas que necessitem do auxilio de alimentação e vestuário e intimando, por intermédio da Autoridade Administrativa, aquelas que, embora não necessitem deste auxilio, se mostrem refractárias à escola.

Há na cidade muitas escolas de ensino particular, sendo, por isso, conveniente que, ao elaborar-se o recenseamento, se mencionem quais as crianças, que frequentam essas escolas, podendo até designarem-se as que frequentam as escolas de S. Francisco, Colégio Académico, Escola Académica, Colégio de Santa Maria, etc, etc, e bem assim as que recebem ensino doméstico. E' claro que é preciso um pouco de trabalho, para que isto se possa fazer com geito e as Juntas costumam ligar pouca importância a este serviço. Em regra, todos se desculparam: uns, porque não tem vagar; outros, porque não estão para machadas.

Há tempos, o meu amigo, sr. A. L. de Carvalho, um dos que, na nossa terra, mais interesse tem manifestado pelos assuntos que dizem respeito à instrução primária, pro-

pôs para que se oficiasse às Juntas das freguesias da cidade, no sentido de cada uma delas indicar um dos seus membros, que ficaria fazendo parte duma comissão que teria por tarefa indagar quais as crianças que andavam fóra da escola, e procurar a maneira de as atrair a ela. Era uma missão altruista e patriótica, que havia a desempenhar. Oficiou-se. E querem saber qual foi o resultado? Não nos deram uma resposta!

Isto admitia-se, tratando-se com Juntas de freguesias sertanejas, onde os membros que as compõem são quasi que analfabetos. Mas numa cidade, como a de Guimarães, não se justifica tal procedimento. A acção das Juntas das freguesias da cidade deve ir além da que se limita a passar atestados de pobreza. E o desenvolvimento da instrução primária é campo vasto, onde elas podem prestar grandes serviços à sociedade e à Pátria. Basta, para isso, um pouco de boa vontade e esforço.

E, pondo ponto neste assunto, vou passar a outro que, ligando-se com este, não é de somenos importância:

Escolas Centrais

Estamos em férias e é esta a ocasião mais própria, para se pensar a sério no funcionamento das Escolas Centrais. Há dois anos que o edificio destas está convertido em hospital e não me consta que alguém, a não ser a Inspeção Escolar, tenha pedido providências para remediar este inconveniente. As classes que de mais influencia podem dispôr e que, neste caso, são as abastadas e remediadas, de nada querem saber, visto que na cidade não faltam escolas particulares, onde elas podem mandar educar os seus filhos, e mesmo porque a sua bolsa suporta bem todas as despesas.

Estou mesmo convencido de que, se as Escolas Centrais nunca mais funcionassem, destas classes jamais surgiria um sinal de protesto, tal é o horror que elas tem, cá no nosso burgo, ao ensino official, não sei, se por junto dessas escolas haver uma Cantina, que por aí apelidam de cantiga, se por ali se cantar o hino nacional, a Maria da Fonte, a Sementeira e se içar, de vez em quando, a bandeira verde-rubra. Isso é com elas. O que sei é que os professores officiais só são lembrados e muito bem conhecidos, por toda essa gente, na época dos exames, mas só enquanto eles duram, porque, findos eles, são logo esquecidos.

Mas se, como dizia, as classes abastadas e remediadas não se importam com o ensino official, podendo dispensá-lo, outro tanto se não dá com as classes proletárias, que não dispõem de bolsa recheada, como aquelas.

Por informações do Ex.º Sr. Sub-delegado de Saúde, o edificio de Santa Luzia continúa mobilizado, na expectativa de que o tifo se desenvolverá ainda no próximo inverno. São três anos que as Escolas Centrais deixam de funcionar com regularidade, não podendo as classes pobres educar os seus filhos convenientemente. Urge, pois, que todos os interessados conjuguem os seus esforços, para se resolver este problema, que, pelo visto, só poderá ser resolvido, conseguindo-se outro edificio, para a escola masculina funcionar.

Vamos, mãos à obra que já é tempo.

Prof. Almeida Guimarães.

Comentários

Toda a gente conhece o sr. Cunha e Costa, bacharel em direito e jornalista.

Como advogado, o seu nome não alcançou nunca metade da fama de Dias Ferreira, Alves de Sá ou Afonso Costa.

Como jornalista, porém, o seu nome fulgura entre os dos mais brilhantes. É tanto parece que ele mesmo o reconheceu e pôs de parte a profissão para ser um *dilettante*. Ora o que ao sr. Cunha e Costa poucas vezes deu foi para colocar o seu talento ao serviço duma boa causa. Abatendo aos seus serviços patrióticos os primeiros anos do seu bacharelato, dirigindo a «Voz Pública» do Porto, e os seus últimos dirigindo o «Mundo» durante o *franquismo*, pode dizer-se, com razão, que o sr. Cunha e Costa tem sido prejudicial ao seu país.

Porque não tem surgido campanha de descrédito contra a República ou contra os seus homens a que ele não se associe imediatamente.

Anda agora este sr. na faina inglória de demonstrar que a colaboração de Portugal na guerra europeia não foi solicitada.

Realmente, nada mais fóra de propósito e de oportunidade. Quando ao país convinha esforçar-se por fazer prevalecer o valor da nossa participação, o facto de aparecer alguém a desvalorizá-la, coloca-nos na contingencia de nada podermos pedir! Não seria por alguma coisa muito parecida que se estabeleceu o preceito que «o silêncio é doiro»? E, certamente, ainda a categoria moral dos individuos era tomada em linha de conta!

Dar o goso do dever é a suprema aspiração do educador.

Bernardino Machado.

COMPROMETEDORES

Há amigos comprometedores—são os que andam a levantar nos escudos a memória de Sidónio Pais. Quanto mais a levantam mais pesadamente a deixam cair. Creiam isto. Vejam-se os factos. Destacado certo individuo para estabelecer a confusão no espirito público, esfolta-se a querer demonstrar que Sidónio era um grande aliadofilo, que realizou todo o possível para manter em França as forças portuguesas. Afinal, dos factos resulta precisamente o contrário. Officiais valorosos que não pisavam em Lisboa e foram bater-se valorosamente para a França, como Augusto Casimiro, Américo Olavo e Ribeiro de Carvalho, respondem brilhantemente a essas afirmações com a poderosa e invencível argumentação dos factos. Como militares, como homens que não ficaram em Lisboa escapulindo-se pelas malhas ao cumprimento do dever, esses officiais briossimos desmentem uma a uma as razões alegadas pelo autor que está comprometendo cada vez mais se é possível a memória do funesto comandante do dezembrismo. Para que falar mais dele? O povo ainda se lembra de como os casos se passaram. Sidónio preparou o seu movimento quando o país estava na guerra e porque processos! Especulando com essa situação. Aliciou um regimento com a promessa de não ir para a guerra. Soltou os primeiros tiros aos gritos de «abaixo a guerra!» Acaso podia proceder assim um aliadofilo? Por forma alguma. Nem um aliadofilo, nem um patriota, nem um republicano. Mas os seus cúmplices insistem em falar nesse homem, comprometendo ainda mais a sua memória.

De «O Mundo».

Retalhos de historia

Guimarães foi uma das terras privilegiadas dos nossos reis. Entre os privilegios que lhe foram concedidos em varias épocas, há-os singulares no seu género e que bem demonstram o amor pelo cognominado *berço da monarchia*.

O conde D. Henrique ordenou que nenhum fidalgo constituisse habitação ou morasse aqui contra vontade dos habitantes. Este privilegio foi confirmado por D. João III.

D. João I concedeu aos habitantes desta cidade, então vila, que se um deles tivesse só um filho, este lhe não podesse ser tirado para a guerra.

Conta-se que o mesmo rei, partindo para a conquista de Ceuta, que caiu em seu poder em 21 de Agosto de 1413, distribuiu depois a estancias da muralha da famosa cidade africana pelos habitantes das cidades e villas que o tinham ido ajudar na empreza, para que as defendessem. Os moiros recuperaram forças e, apresentando-se em grande número, atacaram a praça da cidade que tinham perdido. Os de Barcelos de tal modo se aterraram com a sanha e gritaria deles que se puzeram em fuga, abandonando atemorizados o posto da muralha que lhes fóra confiado defender. Junto a esse posto

estava outro que era defendido pelos vimaranenses, os quais, vendo em debandada os seus visinhos, se dividiram em dois troços: um para a defeza do lugar abandonado e o outro para a do que lhes pertencera; e com tal bravura se portaram que em ambos eles os moiros foram rechagados com grandes perdas.

O tributo que depois então D. João I impoz á vila de Barcelos não foi mais que um acto de dupla justiça, posto um tanto despótico. Premiou o heroismo e castigou a covardia, mandando que dali em diante os de Barcelos viessem varrer as praças e açougues de Guimarães.

Por mais de setenta anos, e nove vezes cada ano, que tantas eram as festas da câmara de Guimarães, vieram os vereadores de Barcelos, com um barrete vermelho na cabeça, uma banda da mesma cor ao ombro, espada á cinta, um pé calçado e outro descalço, e cada um com uma vasoira de giesta faziam a limpeza ordenada servilmente. Acabada ela iam a câmara vimaranense e entregavam aos vereadores os seus barretes e bandas, em sinal de servidão. Se algum faltava a este acto humilhante, impunham-lhe uma pena pecuniária se não justificasse a sua falta, o que quasi todos preferiam.

Devido a tão deprimente disposição chegou a não haver em Barcelos quem quizesse ser vereador, o que levou o duque de Bragança D. Jaime, pelo ano de 1488, a contratar com o povo e câmara de Guimarães a cedencia das freguesias de Cunha e Ruilbe, do termo de Barcelos, e de que ele era senhor, para que satisfizessem o pezado tributo em lugar daquela vila, ficando as duas freguesias anexas ao termo deste concelho. A proposta foi admitida e a disposição continuou até 1580, sendo então banida.

Foi uma ignominiosa prova originada num principio de justiça, mas que, apesar de tudo, se convertiu num acto de despotismo revoltante e próprio de reis antepassados.

O presidente eleito

O sr. dr. António José de Almeida, illustre presidente eleito da República Portuguesa, tem recebido de todo o país as mais entusiásticas e carinhosas manifestações pela sua elevação ao mais alto cargo da magistratura da Nação.

E' bem merecedor destas manifestações de simpatia e de homenagem o republicano eminente que esteve sempre na luta pugnando pelos sagrados ideais da Democracia, dando á República todo o esforço e sacrificando por ela o melhor da sua vida.

Se na sua eleição divergiram os votos, hoje é Sua Ex.ª o Presidente da República, o que equivale a dizer que Sua Ex.ª pode contar com todos os bons e sinceros republicanos dignos deste nome para bem se desempenhar do seu espinhoso cargo. E', pois, o nosso presidente. Isto basta para afirmar que desejamos ao austero e illustre republicano sr. dr. António José de Almeida as maiores venturas para glória da Pátria e da República.

CONFRONTANDO...

Duas sentenças

O editorial de ontem de «A Capital» é muito notável e merece registo, porque estabelece um curioso contraste entre a pena aplicada ao cabalista monarchico e chefe do Monsanto, sr. Aires de Ornelas e a condenação sofrida pelo sr. João Moreira de Almeida, que na revolta teve um papel tão ou mais apagado do que a quasi totalidade dos demais cúmplices já julgados e... já absolvidos. Diz o nosso colega:

Nada temos que objectar a esta sentença, mas não podemos deixar de recordar que pouco tempo antes, e por ter tomado parte na mesma revolta de Monsanto, onde desempenhou um papel subalterno, o mesmo tribunal condenou a 4 anos de prisão maior celular, seguidos de 8 anos de degredo em possessão de 1.ª classe, o sr. dr. João Moreira de Almeida, filho do director de O Dia, o sr. Moreira de Almeida. Desta sentença se recorreu para o ministro, e o ministro confirmou-a, mandando que a pena fosse cumprida na alternativa de 15 anos de degredo em possessão de 1.ª classe. O sr. dr. João Moreira de Almeida está na Penitenciaria, onde aguarda destino.

Quem tem seguido os acontecimentos dos ultimos tempos, sabe que o sr. dr. João Moreira de Almeida tem sido uma figura relativamente apagada no movimento politico. O condemnado a tão elevada pena é um rapaz de vinte e tantos anos, que ainda não há muito terminou a sua formatura e ingressou nas fileiras monarchicas, onde não teve nunca situação de destaque. Não se podia mesmo chamar um militante, visto que nem por meio de conferências, nem de artigos, pelo menos firmados com o seu nome, nem por qualquer situação elevada no seu partido, se tornara conhecido sequer da maioria dos seus correligionários. Esteve em Monsanto, como estiveram tantas outras pessoas que ou nunca foram chamadas ao tribunal ou nele foram absolvidas. Era monarchico, e não negou as suas crenças; mas da sua acção nada de grande importancia consta. O seu papel foi subalterno. Todavia vai expiar uma pena muitissimo mais elevada do que a do chefe de esse movimento, a figura mais categorizada do partido monarchico, o homem que, ele o confessa, foi quem autorizou que se desfizesse a bandeira monarchica em Monsanto. Devemos confessar que este contraste ehoca.

Nós não reclamamos agravamentos de penas para ninguem. O que entendemos é que não faz sentido tanta severidade para os menos culpados. Se o sr. Aires de Ornelas tem três anos e quatro meses de degredo, o sr. João Moreira de Almeida só devia ter sido condemnado a três meses de prisão. Não queremos, nem por sombras, pôr em duvida a rectidão do tribunal que julgou o sr. dr. João Moreira de Almeida, mas difficilmente se impedirá o espirito de supér que, nessa condemnação, se tivesse pensado mais no pai do accusado do que no próprio accusado. É claro que semelhante critério em caso nenhum seria admissivel. Somos insuspeitos falando assim: nunca transigimos com O Dia, entendemos que a acção do seu director, o sr. Moreira de Almeida, pai do condemnado de Santa Clara, não podia ter sido mais perniciosa para o país. Mas seria seguir o critério do dezembrismo secreto e brutal, assaltando a casa do sr. Leote do Rego para vexar sua mulher e seus filhos, ou prendendo e maltratando o sr. dr. José de Castro, para êle dizer onde se refugiara seu filho o sr. Alvaro de Castro, entendemos que seria san-

cionar e imitar essas violencias e essas vergonhas tornar o sr. João Moreira de Almeida responsável pelos actos de seu pai e condemná-lo como se fosse o director de O Dia que estivesse no banco dos réus, por haver ido para Monsanto, onde não foi.

Os reparos de «A Capital» são, em verdade, para meditar...

Dr. Afonso Costa

Deve chegar brevemente a Portugal, em góso de licença, o nosso eminente correligionário, sr. dr. Afonso Augusto da Costa, illustre Presidente da Delegação Portuguesa na Conferência da Paz.

Saudamo-lo affectuosamente.

General Sousa Rosa

Tomou posse do comando da terceira divisão do Exército, com sede no Porto, o nosso illustre correligionário sr. General Tomás de Sousa Rosa.

Sua Ex.ª tem sido muito cumprimentado.

Dr. Bernardino Machado

Esteve no Porto, seguindo para Vila Nova de Famalicão, onde veio acompanhar o cadáver de sua filha, falecida ha tempos no sul da França, o nosso eminente correligionário, sr. dr. Bernardino Luís Machado Guimarães, Presidente que foi da República Portuguesa.

«A Velha Guarda» apresenta-lhe os seus respeitosos cumprimentos.

Na Flandres

Um monumento aos nossos mortos

Teixeira Lopes e Leal da Câmara, os dois artistas consagrados, empenham-se em levantar na Flandres, um monumento aos heroicos soldados portugueses que morreram na grande guerra.

Trata-se da construção de uma aldeia portuguesa, com ruas de casas típicas etc. Aplaudimos a patriótica ideia.

Délivrance

A esposa do nosso amigo sr. Alferes José António de Matos Júnior, deu á luz uma criança do sexo masculino.

Os nossos parabens.

Incorporação de recrutas

Os recrutas do contingente de 1918, que foram destinados á 2.ª época de incorporação no corrente ano, devem apresentar-se nas unidades a que foram destinados desde 25 a 30 de Setembro próximo, acompanhados das respectivas guias m/9 que solicitarão dos Secretários das comissões do recenseamento militar.

Pelo Exército

Foi determinado pelo Ministério da Guerra em circular de 26 de Julho p. p. que a todos os mancebos, desde os 14 aos 45 anos de idade, que desejem embarcar para o estrangeiro, seja exigida a caução de 150000, que será prestada em dinheiro, papéis de crédito ou fiança com hipoteca.

Por ordem do Tribunal Militar Especial do Porto foram mandados ficar sob prisão os seguintes officiaes e sargentos de Infantaria 20: Tenente sr. Jaime Ilídio Cerqueira de Vasconcelos e Sargentos sts. António Maria Leite, Arnaldo Gonçalves Lima, Balmiro Mendes de Abreu, Bernardino Pereira Marinho e o coronheiro António Mendes.

Por motivos politicos, partiram para Lisboa a apresentarem-se no Ministério da Guerra os seguintes officiaes e sargentos de Infantaria 20: Major sr. Francisco Martins Ferreira e alferes miliciano sr. Joaquim Ferreira da Silva; 1.º sargentos srs. Mário Pinheiro, e José Coutinho e 2.º sargento miliciano sr. Joaquim da Moita.

Pela última ordem do Exército foi nomeado Comandante do 1.º Batalhão de Infantaria 20 o Major do Estado Maior sr. Miguel Augusto Alves Ferreira.

Pela mesma ordem foram transferidos respectivamente para Inf.ª n.º 4 e 35 os alferes de Infantaria 20 srs. Manuel Cabrita e Francisco da Silva Freire.

Apresentou-se em Infantaria 20, para exercer o cargo de encarregado do material de guerra, o alferes do Quadro Auxiliar dos Serviços de Artilharia, sr. José Pinto Gonçalves Correia.

Pelo Ministério da Guerra foi determinado que as praças portadoras de doenças crônicas ou lesões incuráveis que manifestamente em nada beneficiam com a hospitalização, sejam mandadas apresentar directamente a junta hospitalar respectiva, mediante propostas dos officiaes médicos, acompanhadas de relatórios minuciosos justificativos dessas propostas.

Foi determinado que todos os assuntos de caracter administrativo de qualquer ordem ou natureza, quer referentes a pessoal ou a material, e que careçam de ser submetidos á apreciação e resolução da secretaria da guerra e que respeitem a assunto pertencente a qualquer das repartições da Direcção Geral dos Serviços administrativos do Exército, devem exclusivamente ser tratados por intermédio da citada Direcção Geral não sendo tomados em consideração quaisquer pedidos ou assuntos directamente apresentados official ou extra officialmente á Repartição do Gabinete.

Dr. Filinto Vieira da Costa

O nosso estimado amigo sr. dr. Filinto Elisio Vieira da Costa, distinto professor do Liceu Central Martins Sormento, foi nomeado professor de geografia e história da Escola Industrial «Francisco de Holanda», desta cidade.

Felicitamo-lo cordealmente.

Faustino Camelo

Na passada sexta-feira fez anos, o nosso presado amigo e correligionário, sr. Faustino Pereira Camelo, illustrado sub-inspector de finanças do concelho de Aveiro, e que aqui conta inúmeras simpatias.

Os nossos parabens.

Isolino Caramalho

Foi nomeado professor da Escola Primária Superior de Matosinhos, o nosso amigo e correligionário, sr. Isolino Alves Caramalho, antigo administrador deste concelho.

As nossas felicitações.

Sopa Económica Vimaranesse

Subscrição permanente

Transporte	4.007.550
Anónimo, para a compra dum porco de criação	22.000
Dr. João Martins de Freitas	2.550
Dr. Artur da Costa e Sousa Pinto Bastos	2.550
Manuel Martins Fernandes	2.550
António José Fernandes	5.700
Produto da venda de 3 rasas de milho a Manuel da Silva	8.710
Juros recebidos de Sousa Júnior, Sucessor	5.087
	4.955.797

António Bastos, 1.ª rasa de feijão.

Batalhão para Fafe

No ultimo numero do nosso jornal referimo nos, com desagrado, á transferencia dum batalhão de Infantaria n.º 20 para Fafe, por vermos nisso um prejuizo para a nossa terra.

Somos, porém, informados, por pessoa de absoluta confiança de que efectivamente se pensa na transferencia referida, mas que virá para aqui um grupo da Administração Militar que de certo modo nos compensa. Aguardemos.

ADELINO LEITE DE FARIA

compra, por altos preços, faianças antigas, sedas, damascos, gravuras, joias, etc. etc,

R. Eliás Garcia (antiga de Santa Maria, 55 - GUIMARÃES)

Banco de Seguros
CAPITAL 3000 CONTOS

Rua da Vitória, 75 — Lisboa

Efectua seguros contrato dos os riscos, incluindo greves, assaltos e accidentes de trabalho.

Agencia em Guimarães

Casa Moutinho

Praça Dom Afonso Henriques, 78 a 82

Augusto Joaquim da Silva

Foi autorizado, pelo Meretissimo Juiz de Direito, a solicitar nos auditórios desta comarca, o nosso querido amigo e novel ajudante do notário desta cidade sr. dr. Moreira Sampaio, Augusto Joaquim da Silva, que, atentas as suas boas qualidades de funcionário, saberá conquistar simpatia e amisade.

Embora tardiamente, aqui lhe damos os nossos sinceros parabens.

Aniversário

Faz anos no próximo dia 24, o nosso amigo, sr. José Bernardino de Araujo Abreu, proprietário, em Guardizela, deste concelho.

Os nossos parabens.

Obituário

No dia 12, faleceu, no lugar da Devesa, da freguesia de Guardizela, deste concelho, a menina Leonor Dias de Almeida, de 10 anos, filho do nosso saudoso amigo sr. Clemente Dias Pereira e de D. Raquel Dias Pereira da Costa e irmã do nosso amigo e correligionário sr. Alvaro Dias de Almeida, ali residente.

Também faleceu, no dia 13, pelas 16 horas, na rua D. João I, desta cidade, a sr.ª D. Hirmínia de Magalhães Vasconcelos, de 34 anos, solteira, filha estre-mosa da sr.ª D. Virginia de Magalhães Vasconcelos e irmã do nosso amigo sr. Benjamin de Magalhães Vasconcelos, dedicado republicano.

As familias enlutadas apresentamos a expressão sincera da nossa viva condolência.